

ÍNDICE-SUMÁRIO

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA PORTUGUESA	5
PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO	
Decreto-Lei nº 4/2015, de 7 de janeiro	13
CÓDIGO DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO	
PARTE I Disposições Gerais	29
CAPÍTULO I Disposições preliminares	29
CAPÍTULO II Princípios gerais da atividade administrativa	30
PARTE II Dos Órgãos da Administração Pública	35
CAPÍTULO I Natureza e regime dos órgãos	35
CAPÍTULO II Dos órgãos colegiais	35
CAPÍTULO III Da competência	40
CAPÍTULO IV Da delegação de poderes	43
CAPÍTULO V Dos conflitos de atribuições e de competência	45
PARTE III Do Procedimento Administrativo	47
TÍTULO I Regime comum	47
CAPÍTULO I Disposições gerais	47
CAPÍTULO II Da relação jurídica procedimental	52
SECÇÃO I Dos sujeitos do procedimento	52
SECÇÃO II Dos interessados no procedimento	53
SECÇÃO III Das garantias de imparcialidade	54
CAPÍTULO III Da conferência procedimental	59
CAPÍTULO IV Do direito à informação	62
CAPÍTULO V Dos prazos	64
CAPÍTULO VI Das medidas provisórias	66
CAPÍTULO VII Dos pareceres	66
CAPÍTULO VIII Da extinção do procedimento	67
TÍTULO II Procedimento do regulamento e do ato administrativo	68

CAPÍTULO I Procedimento do regulamento administrativo	68
CAPÍTULO II Procedimento do ato administrativo	70
SECÇÃO I Da iniciativa particular	70
SECÇÃO II Das notificações	74
SECÇÃO III Da instrução	77
SECÇÃO IV Da audiência dos interessados	80
SECÇÃO V Da decisão e outras causas de extinção do procedimento	82
SECÇÃO VI Comunicações prévias	84
PARTE IV Da Actividade Administrativa	85
CAPÍTULO I Do regulamento administrativo	85
SECÇÃO I Disposições gerais	85
SECÇÃO II Da eficácia do regulamento administrativo	86
SECÇÃO III Da invalidade do regulamento administrativo	87
SECÇÃO IV Da caducidade e da revogação	88
SECÇÃO V Da impugnação de regulamentos administrativos	89
CAPÍTULO II Do ato administrativo	89
SECÇÃO I Disposições gerais	89
SECÇÃO II Da eficácia do ato administrativo	92
SECÇÃO III Da invalidade do ato administrativo	93
SECÇÃO IV Da revogação e da anulação administrativas	95
SECÇÃO V Da execução do ato administrativo	101
SECÇÃO VI Da reclamação e dos recursos administrativos	104
SUBSECÇÃO I Regime geral	104
SUBSECÇÃO II Da reclamação	106
SUBSECÇÃO III Do recurso hierárquico	107
SUBSECÇÃO IV Dos recursos administrativos especiais	109
CAPÍTULO III Dos contratos da Administração Pública	110
PROCESSO ADMINISTRATIVO	
Decreto-Lei nº 214-G/2015, de 2 de Outubro	115
Lei nº 13/2002, de 19 de Fevereiro	125
Lei nº 4-A/2003, de 19 de Fevereiro	127
Decreto-Lei nº 325/2003, de 29 de Dezembro	129
Áreas de jurisdição dos Tribunais Administrativos de Círculo e Tributários	140
Lei nº 114/2019, de 12 de setembro	143
ESTATUTO DOS TRIBUNAIS ADMINISTRATIVOS E FISCAIS	
TÍTULO I Tribunais administrativos e fiscais	145
CAPÍTULO I Disposições gerais	145
CAPÍTULO II Organização e funcionamento dos tribunais administrativos e fiscais	149

CAPÍTULO III Supremo Tribunal Administrativo	150
SECÇÃO I Disposições gerais	150
SECÇÃO II Secção de Contencioso Administrativo	155
SECÇÃO III Secção de Contencioso Tributário	157
SECÇÃO IV Plenário	158
CAPÍTULO IV Tribunais centrais administrativos	159
SECÇÃO I Disposições gerais	159
SECÇÃO II Secção de Contencioso Administrativo	162
SECÇÃO III Secção de Contencioso Tributário	162
CAPÍTULO V Tribunais administrativos de círculo	163
CAPÍTULO VI Tribunais tributários	169
CAPÍTULO VII Ministério Público	172
CAPÍTULO VIII Fazenda Pública	173
CAPÍTULO IX Serviços administrativos	174
TÍTULO II Estatuto dos juízes	176
CAPÍTULO I Disposições gerais	176
CAPÍTULO II Recrutamento e provimento	177
SECÇÃO I Disposições comuns	177
SECÇÃO II Supremo Tribunal Administrativo	179
SECÇÃO III Tribunais centrais administrativos	182
SECÇÃO IV Tribunais administrativos de círculo e tribunais tributários	183
TÍTULO III Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais	184
TÍTULO IV Disposições finais e transitórias	189
Lei nº 118/2019, de 17 de setembro	193
Lei nº 15/2002, de 22 de Fevereiro	197
Portaria nº 1417/2003, de 30 de Dezembro	201
CÓDIGO DE PROCESSO NOS TRIBUNAIS ADMINISTRATIVOS	
TÍTULO I Parte geral	205
CAPÍTULO I Disposições fundamentais	205
CAPÍTULO II Das partes	210
CAPÍTULO III Da competência	214
SECÇÃO I Disposições gerais	214
SECÇÃO II Da competência territorial	215
CAPÍTULO IV Dos atos processuais	217
CAPÍTULO V Do valor das causas e das formas do processo	222
SECÇÃO I Do valor das causas	222
SECÇÃO II Das formas de processo	224
TÍTULO II Da ação administrativa	225
CAPÍTULO I Disposições gerais	225
CAPÍTULO II Disposições particulares	230
SECÇÃO I Impugnação de atos administrativos	230

SUBSECÇÃO I Da impugnabilidade dos atos administrativos	231
SUBSECÇÃO II Da legitimidade	233
SUBSECÇÃO III Dos prazos de impugnação	234
SUBSECÇÃO IV Da instância	237
SECÇÃO II Condenação à prática do ato devido	239
SECÇÃO III Impugnação de normas e condenação à emissão de normas	242
SECÇÃO IV Ações relativas à validade e execução de contratos	245
CAPÍTULO III Marcha do processo	246
SECÇÃO I Articulados	246
SECÇÃO II Trâmites subsequentes	252
SECÇÃO III Saneamento, instrução e alegações	254
SECÇÃO IV Julgamento	261
TÍTULO III Dos processos urgentes	264
CAPÍTULO I Ação administrativa urgente	264
SECÇÃO I Contencioso eleitoral	264
SECÇÃO II Contencioso dos procedimentos de massa	265
SECÇÃO III Contencioso pré-contratual	266
CAPÍTULO II Das intimações	269
SECÇÃO I Intimação para a prestação de informações, consulta de processos ou passagem de certidões	269
SECÇÃO II Intimação para proteção de direitos, liberdades e garantias	271
TÍTULO IV Dos processos cautelares	273
CAPÍTULO I Disposições comuns	273
CAPÍTULO II Disposições particulares	281
TÍTULO V Dos conflitos de competência jurisdicional e de atribuições	285
TÍTULO VI Dos recursos jurisdicionais	286
CAPÍTULO I Disposições gerais	286
CAPÍTULO II Recursos ordinários	291
CAPÍTULO III Recursos extraordinários	293
TÍTULO VII Do processo executivo	295
CAPÍTULO I Disposições gerais	295
CAPÍTULO II Execução para prestação de factos ou de coisas	298
CAPÍTULO III Execução para pagamento de quantia certa	302
CAPÍTULO IV Execução de sentenças de anulação de atos administrativos	305
TÍTULO VIII Tribunais arbitrais e centros de arbitragem	309
TÍTULO IX Disposições finais e transitórias	313
Lei nº 34/2007, de 13 de Agosto	315
Lei nº 79/2009, de 13 de Agosto	319

RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO E DEMAIS ENTIDADES PÚBLICAS Lei nº 67/2007, de 31 de Dezembro	321
REGIME DA RESPONSABILIDADE CIVIL EXTRA CONTRATUAL DO ESTADO E DEMAIS ENTIDADES PÚBLICAS	
CAPÍTULO I Disposições gerais	325
CAPÍTULO II Responsabilidade civil por danos decorrentes do exercício da função administrativa	327
SECÇÃO I Responsabilidade por facto ilícito	327
SECÇÃO II Responsabilidade pelo risco	329
CAPÍTULO III Responsabilidade civil por danos decorrentes do exercício da função jurisdicional	330
CAPÍTULO IV Responsabilidade civil por danos decorrentes do exercício da função político-legislativa	331
CAPÍTULO V Indemnização pelo sacrifício	332
ARBITRAGEM VOLUNTÁRIA Lei nº 63/2011, de 14 de Dezembro	333
LEI DA ARBITRAGEM VOLUNTÁRIA	337
CAPÍTULO I Da convenção de arbitragem	337
CAPÍTULO II Dos árbitros e do tribunal arbitral	340
CAPÍTULO III Da competência do tribunal arbitral	344
CAPÍTULO IV Das providências cautelares e ordens preliminares	346
SECÇÃO I Providências cautelares	346
SECÇÃO II Ordens preliminares	347
SECÇÃO III Regras comuns às providências cautelares e às ordens preliminares	348
SECÇÃO IV Reconhecimento ou execução coerciva de providências cautelares	349
CAPÍTULO V Da condução do processo arbitral	350
CAPÍTULO VI Da sentença arbitral e encerramento do processo	355
CAPÍTULO VII Da impugnação da sentença arbitral	359
CAPÍTULO VIII Da execução da sentença arbitral	361
CAPÍTULO IX Da arbitragem internacional	362
CAPÍTULO X Do reconhecimento e execução de sentenças arbitrais estrangeiras	364
CAPÍTULO XI Dos tribunais estaduais competentes	366
CAPÍTULO XII Disposições finais	369

DIREITO DE PARTICIPAÇÃO PROCEDIMENTAL
E ACÇÃO POPULAR

Lei nº 83/95, de 31 de Agosto

CAPÍTULO I Disposições gerais	371
CAPÍTULO II Direito de participação popular	372
CAPÍTULO III Do exercício da acção popular	375
CAPÍTULO IV Responsabilidade civil e penal	378
CAPÍTULO V Disposições finais e transitórias	379

SUMÁRIO

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA PORTUGUESA	5
PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO	
Decreto-Lei nº 4/2015, de 7 de janeiro	13
CÓDIGO DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO	29
PROCESSO ADMINISTRATIVO	
Decreto-Lei nº 214-G/2015, de 2 de Outubro	115
Lei nº 13/2002, de 19 de Fevereiro	125
Lei nº 4-A/2003, de 19 de Fevereiro	127
Decreto-Lei nº 325/2003, de 29 de Dezembro	129
Lei nº 114/2019, de 12 de setembro	143
ESTATUTO DOS TRIBUNAIS ADMINISTRATIVOS E FISCAIS	145
Lei nº 118/2019, de 17 de setembro	193
Lei nº 15/2002, de 22 de Fevereiro	197
Portaria nº 1417/2003, de 30 de Dezembro	201
CÓDIGO DE PROCESSO NOS TRIBUNAIS ADMINISTRATIVOS	205
Lei nº 34/2007, de 13 de Agosto	315
Lei nº 79/2009, de 13 de Agosto	319
RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO E DEMAIS ENTIDADES PÚBLICAS	
Lei nº 67/2007, de 31 de Dezembro	321

SUMÁRIO

REGIME DA RESPONSABILIDADE CIVIL EXTRA CONTRATUAL DO ESTADO E DEMAIS ENTIDADES PÚBLICAS	325
ARBITRAGEM VOLUNTÁRIA Lei nº 63/2011, de 14 de Dezembro	333
LEI DA ARBITRAGEM VOLUNTÁRIA	337
DIREITO DE PARTICIPAÇÃO PROCEDIMENTAL E ACÇÃO POPULAR Lei nº 83/95, de 31 de Agosto	371
ÍNDICE-SUMÁRIO	381
SUMÁRIO	387